



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

JOSÉ RENATO DAS CHAGAS, Prefeito Municipal de Portão/RS, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **14h**, do **dia 5 de Março de 2020**, nas dependências da Prefeitura Municipal, na Rua 9 de Outubro, 229, centro, se reunirá a Comissão de Licitações nomeada pela Portaria nº 28/2020, com a finalidade de receber propostas para execução dos serviços de pavimentação com blocos de concreto intertravados e drenagem pluvial, junto ao bairro Portão Velho, na lateral da Rua Estância Velha, acesso ao Assentamento Liberdade.

1 - Do Objeto:

1.1 - O presente edital tem por finalidade a contratação de empresa para execução dos serviços de pavimentação com blocos de concreto intertravados e drenagem pluvial, com área de intervenção aproximada de 1.550,81m², junto ao bairro Portão Velho, na lateral da Rua Estância Velha, acesso ao Assentamento Liberdade, com o fornecimento de materiais de construção e mão de obra, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Viação.

1.2 - Os serviços constantes do objeto do presente edital deverão ser realizados pela licitante em atendimento ao orçamento detalhado, memorial descritivo, caderno de encargos, cronograma físico-financeiro global, cálculo de BDI, planilha de composições e de encargos sociais, projetos e ART de projeto, em anexo.

2 - Do Prazo de Entrega:

2.1 - A licitante entregará os serviços constantes do objeto do presente edital no prazo de até 2 meses, obedecendo ao cronograma físico-financeiro, iniciada a contagem a partir da data de emissão e recebimento da Ordem de Serviço expedida pelo Município.

3 - Do Pagamento:

3.1 - A cada etapa concluída do cronograma físico-financeiro, a licitante emitirá o respectivo documento fiscal de cobrança, em perfeita obediência aos valores estabelecidos e quantitativos executados, o qual será submetido ao fiscal da obra ou serviço, para o devido atestado de execução, que será percebido no prazo de até 30 dias.

3.2 - Haverá retenção, nos termos dispostos na legislação previdenciária vigente, com repasse dos percentuais ao INSS e entrega da respectiva guia ao licitante.

3.3 - A licitante que vier a contratar com o Município compromete-se a efetuar com rigorosa pontualidade, os recolhimentos legais pertinentes à obra da presente licitação, fornecendo antes do recebimento dos valores a que tem direito, cópia autenticada dos respectivos comprovantes, devidamente quitados, sem o que, não serão liberados os valores da parcela correspondente.

3.4 - A licitante deverá fornecer uma relação das pessoas que executarão os serviços, para o recebimento de cada parcela, juntamente com comprovante dos pagamentos previdenciários e trabalhistas de cada um. De pessoas não constantes da relação subsequente deverá ser apresentada a respectiva rescisão, se não comprovado que continua na empresa em outra atividade.

Parágrafo Único - Serão considerados efetivamente executados os serviços, se houver o atestado exarado pela fiscalização do Município, junto ao documento de cobrança.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

4 - Do Preço e da Validade da Proposta:

4.1 - Do Preço:

4.1.1 - Os preços deverão ser cotados em reais e nestes deverão estar incluídos todas as despesas com: - mão de obra, encargos sociais, transporte, ferramentas, equipamentos auxiliares, seguros e demais encargos necessários à perfeita execução de todas as obras solicitadas neste edital.

4.1.2 - Os preços propostos permanecerão fixos até a conclusão dos serviços.

4.2 - Da Validade da Proposta:

4.2.1 - A validade mínima da proposta apresentada pela empresa licitante será de 60 dias.

5 - Da Habilitação:

5.1 - Serão consideradas aptas para participarem do presente certame as licitantes que estiverem devidamente cadastrados no Setor de Compras do Município de Portão/RS, até o dia **2 de Março de 2020**. Para obtenção do Certificado de Registro Cadastral os licitantes deverão apresentar os documentos relacionados no **Anexo I** deste edital.

6 - Do Recebimento das Propostas e Credenciamento:

6.1 - Do Recebimento das Propostas:

6.1.1 - Os envelopes serão recebidos pela Comissão de Licitações no dia e local mencionado no preâmbulo, em dois envelopes distintos, fechados, com a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE PORTÃO
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 01/2020
ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME DA EMPRESA)

AO MUNICÍPIO DE PORTÃO
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 01/2020
ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA FINANCEIRA
PROPONENTE (NOME DA EMPRESA)

6.1.2 - O **envelope nº 01 (DOCUMENTAÇÃO)** deverá conter:

6.1.2.1 - Habilitação Jurídica:

a) Registro Comercial no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;

Observação: A apresentação dos documentos constantes no subitem anterior para o efetivo credenciamento da licitante supre a necessidade destes no envelope da habilitação.

6.1.2.2 - Regularidade Fiscal:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

6.1.2.3 - Qualificação Técnica:

- a) Prova de inscrição da licitante e do responsável técnico, na entidade profissional competente, sendo que, para empresas com sede em outros estados o certificado de inscrição deverá conter o visto da entidade lotada no Rio Grande do Sul;
- b) Atestado de capacitação técnica-profissional, em nome do responsável técnico da licitante, registrado na entidade competente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível com o ora licitado, em características, quantidades e prazos;
- c) A comprovação do vínculo da licitante com o responsável técnico que figura no atestado previsto no subitem 6.1.2.4 - "b", deverá se dar através de um dos seguintes documentos:

- Ficha de Registro de Empregados e/ou respectiva anotação na CTPS, quando se tratar de profissional com vínculo empregatício;
- Contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente quando se tratar de sócio ou diretor;
- Contrato de prestação de serviço com vigência indeterminada, quando se tratar de profissional contratado;

6.1.2.4 - Qualificação econômico-financeira:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, devidamente assinada pelo contador responsável, apresentados na forma da lei, que demonstrem a boa situação financeira da empresa, conforme fórmulas e índices adiante descritos;

a.1) Licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil;

a.2) Para a comprovação da boa situação financeira, deverá apresentar em formulário próprio a demonstração e cálculo do atendimento aos índices mínimos assinado pelo Contador Responsável, sob a pena de desqualificação, mediante a aplicação das fórmulas abaixo:

- LIQUIDEZ CORRENTE: $AC / PC =$ índice mínimo: **1,50**
- LIQUIDEZ GERAL: $(AC + ARLP) / (PC + PELP) =$ índice mínimo: **1,00**
- GRAU DE ENDIVIDAMENTO: $(PC + PELP) / AT =$ índice máximo: **1,00**

ONDE:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

AC = Ativo Circulante;
ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo;
AT = Ativo Total;
PC = Passivo Circulante;
PELP = Passivo Exigível e Longo Prazo.

a.3) É vedada substituição do balanço por balancetes ou balanço provisório, podendo aquele ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 meses da data de apresentação da proposta;

b) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão inferior a 30 dias da sessão pública;

6.1.2.5 - Outros documentos:

a) Declaração da empresa licitante de que não mantém menores nas condições do Art. 7º, Inciso XXXIII da Constituição Federal, preferencialmente nos moldes do **Anexo II** deste edital;

b) Declaração da empresa licitante sob as penas da lei, de que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação, preferencialmente nos moldes de **Anexo III** deste edital;

c) Termo de Renúncia do prazo recursal, se habilitada (**FACULTADO**), preferencialmente nos moldes do **Anexo IV** deste edital;

d) A licitante que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06, deverá apresentar fora dos envelopes uma declaração **assinada e carimbada pelo Representante Legal e Contador Responsável**, sob as penas da Lei, indicando seu enquadramento, **Anexo V** deste edital.

e) Declaração de plena submissão ao edital de Tomada de Preços nº 01/2020, bem como de ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas;

e.1) Havendo o interesse da licitante em verificar as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, esta deverá agendar junto ao Setor de Planejamento, com a Superintendente de Planejamento e Obras, Srª ANELI DE SOUZA BARCELOS DOS SANTOS, data e horário para visita nos locais das obras, através do fone (51) 3500-4200 Ramal 218;

f) Certificado de Registro Cadastral de Fornecedor da Prefeitura de Portão/RS, expedido pelo Departamento de Compras.

OBSERVAÇÃO:

- Os documentos poderão ser apresentados através de cópias, desde que autenticadas em Cartório ou por servidor da Prefeitura, estando sujeito a comprovação de sua autenticidade as certidões emitidas via Internet.

- Em caso de autenticação por funcionário da Prefeitura, os documentos deverão ser encaminhados até às 15h do dia útil anterior a data da Sessão Pública, sob pena de não realização dos mesmos.

- Não haverá em hipótese alguma, confrontação de documentos na abertura do Envelope nº01 Documentação, para autenticação, assim como não serão aceitos documentos enviados via "FAX".

6.1.3 - O envelope nº 02 (**PROPOSTA FINANCEIRA**) deverá conter:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

- a) Planilha de orçamento global, discriminando os itens da obra, onde deverão constar os quantitativos, preços unitários, indicando separadamente os preços globais de material e mão de obra;
- b) Cronograma Físico-financeiro, declaração BDI e Encargos Sociais, conforme modelo deste edital;
- c) Prazo de entrega conforme descrição do edital;
- d) Pagamento conforme descrição do edital;
- e) Validade da proposta conforme descrição do edital.

6.1.4 - Observação:

6.1.4.1 - As propostas serão recebidas pela Comissão de Licitações em linguagem clara e explícita, em uma via, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo **representante técnico**, e por seu **responsável legalmente constituído**, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, sendo admitidos valores expressos em REAIS (somente duas casas após a vírgula);

6.1.4.2 - As propostas serão admitidas como baseada no conhecimento de todas as condições locais que possam influenciar no custo e no prazo de execução dos serviços, não sendo acolhida qualquer reivindicação posterior com base em imperfeições, incorreções, omissões ou falhas nas informações do edital.

6.1.4.3 - As planilhas serão verificadas pela comissão de licitações, quanto a erros aritméticos, que serão corrigidos da seguinte forma:

6.1.4.3.1 - Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade, corrigindo-se o produto;

6.1.4.3.2 - Erro de adição: serão retificados, conservando-se parcelas corretas e trocando-se a soma.

6.1.4.4 - Serão desclassificadas as propostas das licitantes que não aceitarem as correções acima procedidas.

6.2 - Do Credenciamento:

6.2.1 - O credenciamento far-se-á por meio de instrumento de procuração, público ou particular e, neste caso, com firma reconhecida, contendo poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em representação da licitante.

6.2.2 - O credenciamento poderá se dar através de seu representante que, devidamente identificado e credenciado nos moldes do **Anexo VI** deste edital, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse do representado.

6.2.3 - O representante, sócio-gerente, ou diretor da empresa licitante, deverá apresentar documento estatuto, ata de eleição, contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, mediante cópia autenticada, inclusive para a comprovação da outorga dos poderes na supracitada procuração.

Parágrafo Primeiro: Os documentos relacionados para o credenciamento deverão ser apresentados fora e separadamente dos envelopes, acompanhados dos documentos de identidade dos credenciados. A apresentação do estatuto, ata de eleição, contrato social ou procuração, para fins de credenciamento, supre a necessidade da apresentação destes no envelope de habilitação.

7 - Do Julgamento:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

7.1 - O julgamento das propostas classificadas segundo os parâmetros estabelecidos nesta Tomada de Preços será realizado pela Comissão Permanente de Licitações, levando em conta o **menor preço global**, dando-se a classificação final do certame no sentido de que o primeiro colocado seja o encontrado na proposta de menor preço, e os demais, na ordem crescente dos valores ofertados.

7.2 - Será considerada excessiva, acarretando a desclassificação da proposta financeira apresentada pela licitante, aquela, com valor global superior ao estabelecido pelo Município, que é de R\$281.154,83 (Duzentos e oitenta e um mil, cento e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos).

7.2.1 - Do custo da obra, o valor de até R\$222.857,14 (Duzentos e vinte dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e quatorze centavos), vêm de repasse, conforme Convênio de nº 866401/2018, firmado junto ao Governo Federal e até R\$58.297,69 (Cinquenta e oito mil, duzentos e noventa e sete reais e sessenta e nove centavos), são de recursos de contrapartida financeira do Município.

7.3 - Será desclassificada a proposta financeira que apresentar o preço global (contidos na planilha de orçamento), irrisório, aplicando-se para tal fim, o cálculo previsto no Art. 48, da Lei Federal nº 8.666/93.

7.4 - Esta licitação será processada e julgada com a observância do previsto nos Art. 43 e 44, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

7.5 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado o sorteio na forma escolhida pelo responsável da licitação, em ato público, convocando-se previamente todos os licitantes.

8 - Dos Recursos Financeiros:

8.1 - As despesas decorrentes da presente contratação serão suportadas com recursos provenientes da seguinte Dotação Orçamentária:

NÚMERO	SETOR	SECRETARIA
1982-344905191000000	Obras em andamento	SEMPOV

9 - Da Fiscalização e da Prestação de Garantia:

9.1 - Da Fiscalização:

9.1.1 - Os serviços serão fiscalizados pelo Município, através de fiscal designado por Portaria, dentro dos padrões determinados pela Lei Federal nº 8.666/93.

9.2 - Da Prestação de Garantia:

9.2.1 - Como prestação de garantia, a licitante vencedora da presente licitação se obriga, no ato do pagamento de cada parcela, deixar retido na Tesouraria do Município, a quantia correspondente a 5% de caução sobre o valor da parcela, ou qualquer outra modalidade de garantia prevista no Artigo 56 Parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 a alterações posteriores.

9.2.2 - A referida importância será liberada ou restituída após a execução do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

9.2.3 - A licitante é responsável pela execução da obra nos termos do Código Civil, sendo que a presença da Fiscalização não diminui ou exclui essa responsabilidade.

10 - Das Sanções Administrativas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

10.1 - Caso a licitante se recuse a fornecer o objeto contratado, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sendo-lhe aplicada, isoladamente ou cumulativamente:

- a) Advertência, por escrito;
- b) Multa sobre o valor global da contratação;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.1.1 - Caso a licitante não possa cumprir os prazos estipulados, deverá apresentar justificativa por escrito, até o vencimento do prazo de entrega do objeto, ficando a critério do Município a sua aceitação.

10.1.2 - Vencido(s) o(s) prazo(s), o Município oficiará à licitante comunicando-a da data limite.

10.1.3 - A partir dessa data, considerar-se-á recusa, sendo-lhe aplicadas as sanções de que trata o subitem 10.1, sem prejuízo da aplicação do contido no item 10.2.

10.1.4 - A sanção de advertência será aplicada, por escrito, caso a inadimplência ou irregularidade cometida pela licitante acarrete consequências de pequena monta.

10.1.5 - Pela inexecução total da obrigação, o Município rescindirará o contrato e aplicará multa de 10% sobre o valor global do contrato.

10.1.6 - Em caso de inexecução parcial da obrigação, será aplicado o percentual de 5% sobre o valor global do contrato.

10.1.7 - No caso reincidência, ou em situações que causem significativos transtornos, danos ou prejuízos à Administração, será aplicada ao licitante a sanção de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 anos.

10.1.8 - Caracterizada situação grave, que evidencie dolo ou má-fé, será aplicada ao licitante a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

10.2 - Fica estipulado o percentual de 0,25% sobre o valor global contratado a título de mora, por descumprimento de obrigação contratual e/ou por dia de atraso no cumprimento de qualquer prazo previsto neste edital, independente da notificação prevista no subitem 10.1.2.

10.3 - As multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações do Município, pela licitante, serão deduzidas dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor do Município, ou cobrados judicialmente.

10.3.1 - Se a licitante não tiver valores a receber do Município, terá prazo de 5 dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa na forma estabelecida no subitem anterior.

10.4 - A aplicação de multas, bem como a rescisão do contrato, não impedem que o Município aplique à licitante as demais sanções previstas no subitem 10.1.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

10.5 - A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste edital será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirão a ampla defesa e o contratativo.

11 - Dos Recursos Administrativos:

11.1 - Dos atos da Administração, praticados no processo licitatório em curso, cabem:

- a) Recurso;
- b) Representação;
- c) Pedido de reconsideração.

11.2 - Aplicar-se-á para utilização deste item, todos os dispositivos normativos do Art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93, tanto por parte da licitante recorrente, como da Administração.

11.3 - O protocolo de recursos ocorrerá na data em que a via original der entrada na Prefeitura de Portão, não sendo aceitos recursos enviados via "FAX".

11.4 - A inabilitação do licitante em qualquer das fases do procedimento licitatório importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

12 - Da Assinatura do Contrato:

12.1 - Esgotados todos os prazos recursais, a Administração convocará o licitante vencedor através de "Convocação Formal", para no prazo de 5 dias, assinar o contrato sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81, da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2 - Ao licitante vencedor convocado para assinar o contrato, que não o fizer no prazo estipulado, será aplicada multa de 5% sobre o valor proposto para execução da obra.

12.3 - Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, sem prejuízo da multa imposta no item anterior ao faltante.

Parágrafo Único - O contrato deverá ser assinado no Departamento de Compras do Município.

13 - Da Participação de MICRO EMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

13.1 - Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, a documentação de regularidade fiscal poderá ser apresentada após ser declarada a vencedora, ou seja, para a homologação e posterior elaboração de contrato, conforme estabelece a Lei Complementar nº 123/06.

13.1.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

13.1.2 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no §1º, do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/06, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

13.2 - Na licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

13.2.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% superiores à proposta mais bem classificada.

13.3 - Para efeito do disposto no artigo 44, da Lei Complementar acima mencionada, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

13.3.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

13.3.2 - Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º, do artigo 44, da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

13.3.3 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º, do artigo 44, da Lei Complementar nº 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13.3.4 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

13.3.5 - O disposto no artigo 44, da Lei Complementar nº 123/06, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

14 - Das Disposições Gerais:

14.1 - A apresentação da proposta pela licitante implica na sua aceitação deste edital, bem como das normas legais que regem a matéria, e, se porventura o licitante for declarado vencedor, ao cumprimento de todas as disposições contidas nesta Tomada de Preços;

14.2 - A licitante vencedora deverá fornecer ART/RRT, do profissional que fará a execução efetiva do serviço, no momento da assinatura do Termo de Liberação;

14.3 - A licitante vencedora deverá manter no local dos serviços um diário para anotações relativas à execução dos serviços;

14.4 - A licitante vencedora deverá manter no local um “PREPOSTO” com amplos poderes de decisão, conforme Art. 68, da Lei Federal nº 8.666/93;

14.5 - Não serão consideradas as propostas que não atendam, no todo ou em parte, às disposições do presente edital, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, presumindo-se como tais as que contiverem preços vis ou excessivos;

14.6 - Sob hipótese alguma será concedido prazo para a apresentação da documentação e propostas exigidas no edital e não apresentadas na Reunião do Recebimento;

14.7 - Não serão admitidas, modificações ou substituições das propostas ou outros documentos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

14.8 - Só terá direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão de Licitações;

14.9 - Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação, não serão admitidos à licitação os licitantes retardatários;

14.10 - A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que se fizerem necessários até 25% do valor inicial atualizado do contrato;

14.11 - O Município reserva-se o direito de aceitar total ou parcialmente quaisquer propostas apresentadas, ou a todas rejeitar, sem que caiba ao proponente indenização de qualquer espécie;

14.12 - Constituem rescisão do contrato, a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no Contrato (Art. 78, Inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/93);

14.13 - A licitante vencedora assumirá inteira responsabilidade por todos os prejuízos que venham dolosa ou culposamente prejudicar ao Município, quando na execução do serviço;

14.14 - Todas as despesas decorrentes da contratação, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato ficarão exclusivamente a cargo do participante, cabendo-lhe ainda, inteira responsabilidade por quaisquer acidentes de que possam vir a serem vítimas os seus empregados quando em serviço, bem como quaisquer danos ou prejuízos porventura causados a terceiros o ao Município;

14.15 - Na execução dos serviços, obriga-se a licitante a respeitar a legislação vigente sobre Segurança e Medicina do Trabalho;

14.16 - A minuta de contrato, **Anexo VII**, é parte integrante do processo licitatório;

14.17 - A Lei Federal nº 8.666/93, rege as hipóteses não previstas neste edital.

Maiores informações terão os interessados no horário das 9h às 16h, na Prefeitura Municipal de Portão/RS, sito à Rua 9 de Outubro, 229, ou pelo fone (51) 3500-4200, Ramal 209.

Portão/RS, 12 de Fevereiro de 2020.

JOSÉ RENATO DAS CHAGAS
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

ANEXO I

DOCUMENTOS PARA CADASTRO

Razão Social ou Denominação Social:		
Nome Fantasia:		
Endereço:		Bairro:
Cidade:		CEP:
		Estado:
Fone:		Fax:
E-Mail:		Home-Page:
CNPJ:		Insc. Estadual:
Data de Fundação:		Última Alteração Contratual:
CNAE-Fiscal:	Descrição da Principal Atividade:	
Nome(s) do(s) Contato(s) Comercial:		
Nome(s) do(s) Representante(s) Legal(is) da Empresa:		CPF:
Banco:	Código Agência:	Conta Corrente:

DOCUMENTOS PARA OBTENÇÃO DO CERTIFICADO CADASTRAL

- Habilitação Jurídica:

a) Registro Comercial no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;

- Regularidade Fiscal:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, sendo a última do domicílio ou sede do licitante;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

- Qualificação Técnica:

- a) Declaração ou atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado.
- b) Registro ou inscrição na entidade profissional competente CREA, CAU, CRA, CRQ... (se for o caso);

- Qualificação econômico-financeira:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, devidamente assinada pelo contador responsável, apresentados na forma da lei, que demonstrem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo aquele ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

a.1) Licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil;

b) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão inferior a 30 dias da sessão pública.

- Outros documentos:

a) Declaração instituída pelo Decreto Federal nº 4.358/02, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do Art. 7º, da Constituição Federal, preferencialmente nos moldes do **Anexo A**.

b) Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos de habilitação, na forma do § 2º do artigo 32 da Lei Federal nº 8.666/93, assinada pelo representante legal do Licitante, preferencialmente nos moldes do **Anexo B**.

c) A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06, deverá apresentar uma declaração **assinada e carimbada pelo Representante Legal e Contador Responsável**, sob as penas da Lei, indicando seu enquadramento, **Anexo C**.

OBSERVAÇÕES

Solicitamos a devolução da presente relação de documentos, devidamente preenchida com os dados da empresa;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

§ - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, servidor da Administração da Prefeitura, publicação em órgão da imprensa oficial ou por via eletrônica (internet) desde que devidamente autorizada pelo órgão competente;

§ - Será considerado com sendo de 30 dias o prazo de validade para as certidões que não apresentarem prazo de validade;

§ - A documentação apresentada será analisada no prazo de 48 horas contadas de seu recebimento, sendo o Certificado de Registro Cadastral – CRC emitido após este período;

§ - A empresa interessada deverá entrar em contato com a Prefeitura Municipal de Portão, com a finalidade de verificar se seu cadastro foi aprovado, sendo também responsável pelo controle dos vencimentos das certidões no certificado, assim como do próprio certificado.

DÚVIDAS NO DEPTº DE COMPRAS OU PELO FONE (51) 3500-4200



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

ANEXO A

MODELO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO

**DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO
INCISO XXXIII, DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Prezados Senhores,

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº, com sede na, por intermédio de seu representante legal, Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do Art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/99, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz ().
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

..(Município).., de de 2020.

Denominação social ou carimbo da Licitante
com assinatura do representante legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

ANEXO B

MODELO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS
SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS**

Prezados Senhores,

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº, com sede na, por intermédio de seu representante legal, Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA, sob as penas da Lei, nos termos do § 2º, do Art. 32, da Lei Federal nº 8.666/93 que até esta data, não ocorreu nenhum fato superveniente que seja impeditivo ao seu cadastramento junto ao Município de Portão.

..(Município).., de de 2020.

Denominação social ou carimbo da Licitante
com assinatura do representante legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

ANEXO C

MODELO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

Prezados Senhores,

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº, com sede na, por intermédio de seu responsável (contador ou técnico contábil), Sr(a), inscrito no CPF sob nº, DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de participação deste certame , que:

() é considerada microempresa, conforme inciso I, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06;

() é considerada empresa de pequeno porte, conforme inciso II, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

() é cooperativa, tendo auferido no calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$4.800.000,00, tendo assim, direito ao benefícios previstos no Capítulo V, da Lei Complementar nº 123/06.

Declara que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

..(Município).., de de 2020.

Carimbo e assinatura do **Contador**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

À
Prefeitura Municipal de Portão
Comissão de Licitações
Tomada de Preços nº 01/2020

**DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO
INCISO XXXIII, DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Prezados Senhores,

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº, com sede na, por intermédio de seu representante legal, Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do Art. 27, da Lei Federal nº 8.666/93, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/99, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz ().
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

..(Município).., de de 2020.

Denominação social ou carimbo da Licitante
com assinatura do representante legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

À
Prefeitura Municipal de Portão
Comissão de Licitações
Tomada de Preços n° 01/2020

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS
SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DE HABILITAÇÃO**

Prezados Senhores,

A empresa, inscrita no CNPJ sob n°, com sede na, por intermédio de seu representante legal, Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade n° e do CPF n°, DECLARA, sob as penas da Lei, nos termos do § 2º, do Art. 32, da Lei Federal n° 8.666/93 que até esta data, não ocorreu nenhum fato superveniente que seja impeditivo de sua habilitação no certame.

..(Município).., de de 2020.

Denominação social ou carimbo da Licitante
com assinatura do representante legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

À
Prefeitura Municipal de Portão
Comissão de Licitações
Tomada de Preços n° 01/2020

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DO PRAZO RECURSAL

A empresa, inscrita no CNPJ sob n°, com sede na, estando ausente nesta data ao ato de abertura dos envelopes e ciente do prazo recursal de 5 dias úteis relativos à fase de habilitação (Art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações), se considerada devidamente habilitada, vem por meio de seu representante legal, Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade n° e do CPF n°, recusá-lo para fins do procedimento licitatório.

..(Município).., .. de de 2020.

Denominação social ou carimbo da Licitante
com assinatura do representante legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

À
Prefeitura Municipal de Portão
Comissão de Licitações
Tomada de Preços nº 01/2020

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

Prezados Senhores,

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº, com sede na, por intermédio de seu responsável (contador ou técnico contábil), Sr(a), inscrito no CPF sob nº, DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de participação deste certame , que:

() é considerada microempresa, conforme inciso I, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06;

() é considerada empresa de pequeno porte, conforme inciso II, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

() é cooperativa, tendo auferido no calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$4.800.000,00, tendo assim, direito ao benefícios previstos no Capítulo V, da Lei Complementar nº 123/06.

Declara que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

..(Município)... de de de 2020.

Carimbo e assinatura do **Contador**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

ANEXO VI

MODELO DE CREDENCIAMENTO

À
Prefeitura Municipal de Portão
Comissão de Licitações
Tomada de Preços nº 01/2020

CREDENCIAMENTO

Prezados Senhores,

A empresa, com sede na, inscrita no CNPJ sob nº, por seu representante legal, Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, através da presente credencial, constitui, para os fins de representação perante aos procedimentos da Tomada de Preços nº 01/2020, realizada pela Prefeitura Municipal de Portão, o(a) Sr(a), portador(a) da cédula de identidade sob nº, com amplos poderes de decisão, podendo, para tanto, praticar todos os atos pertinentes a esta modalidade de licitação e, em especial, podendo formular lances e ofertas, declarar a intenção ou renunciar ao direito de interpor recurso, prestar esclarecimentos, receber notificações e intimações, enfim, em nome desta empresa defender todos nossos direitos e interesses.

..(Município).., dede 2020.

Denominação social ou carimbo da Licitante
com assinatura do representante legal

*** Reconhecer Firma**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO Nº .../2020
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTÃO/RS, pessoa jurídica de direito público, com sede Nesta Cidade, na Rua 9 de Outubro, 229, centro, inscrita no CNPJ sob nº 87.344.016/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ RENATO DAS CHAGAS, brasileiro, casado, funcionário público aposentado, residente e domiciliado Nesta Cidade, na Travessa Fátima, 101, Vila Aparecida, bairro Portão Velho, inscrito no CPF sob nº 285.212.500-83 e CI nº 6021155277, expedida pela SSP/RS.

CONTRATADA:

Pelo presente instrumento as partes supra qualificadas, doravante somente designadas CONTRATANTE e CONTRATADA, ajustam a prestação de serviços de mão de obra e o fornecimento de materiais, tendo como fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do edital Tomada de Preços nº .../2020, regendo-se pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, assim como pelas condições do edital referido, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

1 - DO OBJETO:

1.1 - O presente contrato tem por finalidade a execução dos serviços de pavimentação com blocos de concreto intertravados e drenagem pluvial, com área de intervenção aproximada de 1.550,81m², junto ao bairro Portão Velho, na lateral da Rua Estância Velha, acesso ao Assentamento Liberdade, com o fornecimento de materiais de construção e mão de obra, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Viação, da CONTRATADA ao CONTRATANTE.

1.2 - Os serviços constantes do objeto do presente instrumento serão realizados pela CONTRATADA em atendimento ao orçamento detalhado, memorial descritivo, caderno de encargos, cronograma físico-financeiro global, cálculo de BDI, planilha de composições e de encargos sociais, projetos e ART de projeto, partes integrante do instrumento editalício.

2 - DO VALOR e PAGAMENTO:

2.1 - Do Valor:

2.1.1 - O valor global do presente contrato, entendido como preço justo e suficiente para sua total execução, constante da proposta e aceito pelas partes, é de R\$..... (.....), sendo o valor de R\$..... (.....), referentes a materiais e o valor de R\$..... (.....), referentes a mão de obra.

2.2 - Do Pagamento:

2.2.1 - A cada etapa concluída do cronograma físico-financeiro, a CONTRATADA emitirá o respectivo documento fiscal de cobrança, em perfeita obediência aos valores estabelecidos e quantitativos executados, o qual será submetido ao fiscal da obra ou serviço, para o devido atestado de execução, que será percebido no prazo de até 30 dias.

2.2.2 - Haverá retenção, nos termos dispostos na legislação previdenciária vigente, com repasse dos percentuais ao INSS e entrega da respectiva guia à CONTRATADA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

2.2.3 - A CONTRATADA compromete-se a efetuar com rigorosa pontualidade, os recolhimentos legais pertinentes à obra da presente licitação, fornecendo antes do recebimento dos valores a que tem direito, cópia autenticada dos respectivos comprovantes, devidamente quitados, sem o que, não serão liberados os valores da parcela correspondente.

2.2.4 - A CONTRATADA fornecerá uma relação das pessoas que executarão os serviços, para o recebimento de cada parcela, juntamente com comprovante dos pagamentos previdenciários e trabalhistas de cada um. De pessoas não constantes da relação subsequente deverá ser apresentada a respectiva rescisão, se não comprovado que continua na empresa em outra atividade.

Parágrafo Único - Serão considerados efetivamente executados os serviços, se houver o atestado exarado pela fiscalização do Município, junto ao documento de cobrança.

3 - DO RECURSO FINANCEIRO:

3.1 - As despesas decorrentes da presente contratação serão suportadas com recursos provenientes da seguinte Dotação Orçamentária:

NÚMERO	SETOR	SECRETARIA
1982-344905191000000	Obras em andamento	SEMPOV

4 - DO REAJUSTE DOS PREÇOS:

4.1 - O valor contratado não será reajustado até o término do contrato.

5 - DA EXECUÇÃO:

5.1 - A execução dos serviços do presente contrato far-se-á sob a forma de execução indireta, regime de empreitada por preço global.

6 - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:

6.1 - Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV positivo do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a CONTRATANTE compensará a CONTRATADA com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

7 - DOS PRAZOS:

7.1 - A CONTRATADA entregará os serviços constantes do objeto do presente instrumento no prazo de até 2 meses, obedecendo ao cronograma físico-financeiro, iniciada a contagem a partir da data de emissão e recebimento da Ordem de Serviço expedida pelo CONTRATANTE.

7.2 - A vigência do presente instrumento é de até 6 meses contados de sua assinatura.

8 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

8.1 - Os serviços constantes da presente licitação serão recebidos mediante TERMO CIRCUNSTANCIADO, firmado pelas partes, a saber:

a) O objeto será recebido provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, em até 15 dias da comunicação escrita do licitante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

b) O objeto será recebido definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo mínimo de 30 dias e máximo de 60 dias, contado do recebimento provisório, desde que tenham sido atendidas todas as reclamações referentes a falhas de execução.

9 - DA RESCISÃO DO CONTRATO:

9.1 - Este contrato poderá ser rescindido, caso se materialize uma, ou mais, das hipóteses contidas nos artigos 77 a 80, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10 - DAS PENALIDADES:

10.1 - Caso a CONTRATADA se recuse a fornecer o objeto contratado, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sendo-lhe aplicada, isoladamente ou cumulativamente:

a) Advertência, por escrito;

b) Multa sobre o valor global da contratação;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.1.1 - Caso a CONTRATADA não possa cumprir os prazos estipulados, deverá apresentar justificativa por escrito, até o vencimento do prazo de entrega do objeto, ficando a critério do CONTRATANTE a sua aceitação.

10.1.2 - Vencido(s) o(s) prazo(s), o CONTRATANTE oficiará à contratada comunicando-a da data limite.

10.1.3 - A partir dessa data, considerar-se-á recusa, sendo-lhe aplicadas as sanções de que trata o subitem 10.1, sem prejuízo da aplicação do contido no item 10.2.

10.1.4 - A sanção de advertência será aplicada, por escrito, caso a inadimplência ou irregularidade cometida pela CONTRATADA acarrete consequências de pequena monta.

10.1.5 - Pela inexecução total da obrigação, o CONTRATANTE rescindir o contrato e aplicará multa de 10% sobre o valor global do contrato.

10.1.6 - Em caso de inexecução parcial da obrigação, será aplicado o percentual de 5% sobre o valor global do contrato.

10.1.7 - No caso reincidência, ou em situações que causem significativos transtornos, danos ou prejuízos à CONTRATANTE, será aplicada a CONTRATADA a sanção de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 anos.

10.1.8 - Caracterizada situação grave, que evidencie dolo ou má-fé, será aplicada à CONTRADA a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

10.2 - Fica estipulado o percentual de 0,25% sobre o valor global contratado a título de mora, por descumprimento de obrigação contratual e/ou por dia de atraso no cumprimento de qualquer prazo previsto neste edital, independente da notificação prevista no subitem 10.1.2.

10.3 - As multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações do Município, pela CONTRATADA, serão deduzidas dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor do CONTRATANTE, ou cobrados judicialmente.

10.3.1 - Se a CONTRATADA não tiver valores a receber do Município, terá prazo de 5 dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa na forma estabelecida no subitem anterior.

10.4 - A aplicação de multas, bem como a rescisão do contrato, não impede que o Município aplique à CONTRATADA as demais sanções previstas no subitem 10.1.

10.5 - A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste edital será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirão a ampla defesa e o contraditório.

11 - ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

11.1 - A CONTRATADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, conforme preceitua o Art. 65, da Lei de Licitações nº 8.666/93 e alterações posteriores.

12 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

12.1 - A CONTRATADA deverá fornecer ART/RRT do profissional responsável pela execução efetiva do serviço, no momento da assinatura do Termo de Liberação do Serviço.

12.2 - A CONTRATADA deverá manter no local dos serviços um diário para anotações relativas à execução dos serviços;

12.3 - A CONTRATADA deverá manter no local um “PREPOSTO” com amplos poderes de decisão, conforme Art. 68, da Lei Federal nº 8.666/93;

12.4 - A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade por todos os prejuízos que venham dolosa ou culposamente prejudicar ao Município, quando na execução do serviço;

12.5 - A CONTRATADA assumirá todas as despesas decorrentes da contratação, bem como, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários, cabendo-lhe ainda, inteira responsabilidade por quaisquer acidentes de que possam vir a serem vítimas os seus empregados quando em serviço, bem como, quaisquer danos ou prejuízos porventura causados a terceiros ou ao CONTRATANTE;

12.6 - Na execução do serviço, obriga-se a CONTRATADA a respeitar a legislação vigente sobre Segurança e Medicina do Trabalho;

12.7 - A CONTRATADA manterá durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.8 - Não subempreitar totalmente ou parcialmente o serviço contratado, salvo, em situação previamente consultada e acordada com a fiscalização da CONTRATANTE.

13 - DA GESTÃO e FISCALIZAÇÃO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

13.1 - A fiscalização do presente instrumento será exercida pela Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Viação, através de servidor nomeado por Portaria, que poderá embargar, no todo ou em parte os serviços constantes deste instrumento.

13.2 - A gestão do presente instrumento será exercida pelo Sr. CLÉRIO VON MUHLEN.

14 - DA GARANTIA DA OBRA:

14.1 - Como prestação de garantia, a CONTRATADA se obriga, no ato do pagamento de cada parcela, deixar retido na Tesouraria do Município, a quantia correspondente a 5% de caução sobre o valor da parcela, ou qualquer outra modalidade de garantia prevista no Art. 56, Parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 a alterações posteriores.

14.1.1 - A referida importância será liberada ou restituída após a execução do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

14.1.2 - A CONTRATADA é responsável pela execução da obra nos termos do Código Civil, sendo que a presença da Fiscalização não diminui ou exclui essa responsabilidade.

15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1 - O presente instrumento foi lavrado em decorrência da Licitação na modalidade Tomada de Preços nº/2020, ao qual vincula-se, bem como, aos termos da proposta de preços da CONTRATADA, que faz parte integrante desta avença como se transcrito fosse e respectivos anexos.

15.2 - No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente contrato, tais dúvidas serão resolvidas com o auxílio da Legislação Civil, aplicável aos contratos do Direito Privado e, com o apoio do Direito Administrativo Público, no que diz respeito à obediência dos princípios que norteiam a Administração Municipal.

15.3 - A Lei Federal nº 8.666/93 regerá as hipóteses não previstas neste contrato.

15.4 - As importâncias devidas pela CONTRATADA serão cobradas através de processo de execução, constituindo este contrato, título executivo extra judicial, ressalvando a cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

15.5 - Fica eleito o Foro de Portão para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

15.6 - E, por estarem justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, responsabilizando-se por todos os seus termos, para um só efeito.

Portão/RS, ... de de 2020.

JOSÉ RENATO DAS CHAGAS
Prefeito Municipal

CONTRATADA

Testemunhas:
